

## O Currículo e o Projeto Pedagógico na Educação Infantil: uma visão interdisciplinar

**DJANIRA RIBEIRO SANTANA\***

**Resumo:** O presente artigo resulta de uma pesquisa bibliográfica e tem por finalidade realizar uma breve abordagem sobre a importância do currículo e do projeto pedagógico para a organização da prática pedagógica e a articulação entre o cuidar e o educar nas Instituições de Educação Infantil. Nesta perspectiva, o currículo e o projeto pedagógico se configuram numa oportunidade única para os professores dessas instituições desenvolverem sua prática pedagógica de maneira interdisciplinar promovendo o desenvolvimento integral da criança. Outro aspecto relevante a ser apresentado é a importância dos professores de Educação Infantil ter uma formação docente que atenda às especificidades das crianças de zero a cinco/seis anos de idade, reconhecendo-as como seres: sociais, histórico-culturais, afetivos e cognitivos. Almeja-se que a temática apresentada contribua para promover o debate acerca da importância de se construir o currículo e o projeto pedagógico na Educação Infantil sob uma visão de educação interdisciplinar.

**Palavras-chave:** Interdisciplinaridade; Currículo; Instituições de Educação Infantil.

**Abstract:** This article results from a literature review and aims to conduct a brief discussion about the importance of curriculum and pedagogical project for the organization of teaching practice and the relationship between care and education in early childhood education institutions. In this perspective, the curriculum and pedagogical project to configure a unique opportunity for teachers of these institutions develop their practice in an interdisciplinary promoting integral development of the child. Another important aspect to be presented is the importance of early childhood education teachers have a teacher training that meets the specifics of children from zero to five / six years old, recognizing them as being: social, historical, cultural, cognitive and affective. One hopes that the issue presented contributes to promote discussion about the importance of building the curriculum and pedagogical project in kindergarten under a vision of interdisciplinary education.

**Key words:** Interdisciplinarity; Curriculum; Institutions Early Childhood Education.



\* **DJANIRA RIBEIRO SANTANA** é Pedagoga e Especialista em Educação Infantil pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Especialista em Psicopedagogia Institucional pela Faculdade do Noroeste de Minas.



Foto da autora

### Introdução

Atualmente vem crescendo no cenário educacional brasileiro as discursões sobre o papel do currículo na Educação Infantil. Mas durante séculos não houve essa preocupação com a educação dos pequenos, já que as instituições daquela época apenas cuidavam das crianças desvalidas providenciando o necessário para sua sobrevivência. Todavia, nas duas últimas décadas do século XX a educação das crianças menores de sete anos conquistou lugar de destaque na Política Nacional de Educação e se tornou um Direito da criança assegurado pela Constituição Federal de 1988 e pela nova LDB 9394/96.

Este artigo tem por objetivo apresentar uma breve reflexão acerca da função do currículo e do projeto pedagógico na Educação Infantil. Ambos desempenham um relevante papel no processo de desenvolvimento das crianças de zero a cinco anos, eles são os norteadores do trabalho pedagógico dos professores, responsáveis por estimular as crianças a participar das atividades educativas e construir seus conhecimentos mediatizados pelos professores.

O presente trabalho resulta de uma pesquisa bibliográfica sobre a maneira como o currículo e o projeto pedagógico são trabalhados, interdisciplinarmente, na

Educação Infantil. Para isso, foram realizados estudos de autoras relevantes na área da Educação Infantil, como: Kramer (1998; 2008; 2011), Barbosa e Horn (2008), Oliveira (2007), dentre outras e a leitura de documentos e leis, a exemplo da DCNEI (2010) e da LDB Nº 9.394/96.

Inicialmente será apresentada uma abreviada síntese sobre a histórica ausência de uma educação direcionada às crianças pequenas, o que justifica a inexistência de um currículo específico para a Educação Infantil. Na sequência, o texto aborda a Educação Infantil como Direito das crianças de zero a seis anos. A partir daí, o currículo e o projeto pedagógico vem se tornando uma realidade cada vez mais presente nas instituições de educação infantil. Por isso, os professores precisam estar preparados para trabalhar numa perspectiva de educação interdisciplinar.

Em seguida, o texto mostra o projeto pedagógico como um importante instrumento de viabilização do currículo na Educação Infantil. Paralelo a isso, o papel do professor é salientado, na teoria Vygotskyana, como mediador do desenvolvimento infantil e da construção da aprendizagem pela própria criança, conforme Oliveira (2007).

Por fim, o texto apresenta o planejamento, a observação, o registro e a avaliação como poderosos instrumentos de auxílio ao trabalho pedagógico do professor que se utiliza de projeto pedagógico. Kramer (1998) expõe uma proposta de organização dos espaços e ambientes de educação infantil que favoreçam o desenvolvimento da criança. Portanto, no mundo contemporâneo, o currículo e o projeto pedagógico tornam-se aliados indispensáveis aos professores comprometidos com uma Educação Infantil de qualidade.

### **O papel do Currículo nas Instituições de Educação Infantil**

Embora as discussões acerca do currículo da educação infantil não fossem frequentes no âmbito educacional brasileiro, sempre houve uma preocupação em controlar o trabalho do professor, definindo a priori como ensinar, o que ensinar, para que ensinar e quando ensinar, Dias e Farias (2008). Neste sentido, o conhecimento tem sido fragmentado em uma lista de disciplinas distribuídas de forma linear e sequencial na escola, denominada de currículo. Mas, o currículo não é só isso, conforme Apple (2006), ele possui também uma dimensão política e cultural oculta que o caracteriza como instrumento de poder disseminador da ideologia da classe dominante. Sendo assim, as preocupações em definir conteúdos, objetivos e metodologias para a Educação Infantil, se fizeram presentes em toda sua trajetória, embora ela tenha sido excluída durante séculos do sistema educacional brasileiro.

Às crianças provenientes das camadas populares menores de sete anos, durante muito tempo, foi direcionado um atendimento caridoso e assistencialista, visando apenas preservar suas vidas e evitar que se tornassem futuros delinquentes. Séculos mais tarde, a partir da década de 1970, segundo Kramer (2011), foi implantado na pré-escola brasileira a Política de Educação Compensatória que tinha por finalidade combater a miséria, a pobreza e a negligência familiar, assistindo social e culturalmente às crianças oriundas das classes populares.

Dessa forma, não havia necessidade de preocupar-se com a elaboração de um currículo específico para orientar a



prática pedagógica das instituições que cuidavam das crianças pequenas. Mesmo porque, não existiam políticas públicas de formação para os professores que atuavam nas creches e pré-escolas brasileiras e o trabalho desenvolvido nelas

não apresentava intencionalidade pedagógica. A forma de organização das instituições de educação infantil tem sido no decorrer de sua história pouco sistematizada e pautada na dicotomia entre o cuidar e o educar.

Este cenário só começou a se modificar a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, a primeira na História do Brasil a reconhecer a criança como cidadã de Direito. Em seu Artigo 227, a Constituição assegura às crianças de zero a seis anos o direito à educação. Todavia, esse direito só foi efetivado em 1996, com a promulgação da Lei Nº 9.394/96 que integrou a Educação Infantil à

Educação Básica e em seu Art. 29 determina que:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

A partir daí, a Educação Infantil tornou-se Direito assegurado por Lei às crianças pequenas, desde então vem crescendo no cenário educacional brasileiro os debates acerca da Educação das crianças em creches e pré-escolas e da formação de seus professores e demais profissionais. Este direito é assegurado aos professores conforme o Art.62 da Lei 9.394/96, alterado pelo decreto nº 3.554, de 2000.

A formação em nível superior de professores para a atuação multidisciplinar, destinada ao magistério na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, far-se-á, preferencialmente, em cursos normais superiores (BRASIL, 1996).

Desde então, foram e estão sendo elaboradas Leis, Diretrizes, Políticas Públicas de Educação Infantil e Documentos, a exemplo do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), dentre outros, objetivando assegurar aos docentes dessa etapa educacional o direito à formação e garantir o acesso e a permanência das crianças de zero a cinco anos na educação infantil pública e de qualidade.

Dentre esses documentos, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI (2010) se destaca por ser de caráter mandatório, elas representam uma nova forma de organizar a escola e seu currículo. São as Diretrizes que norteiam a elaboração da Proposta Pedagógica ou Projeto Político

Pedagógico das Instituições de Educação Infantil, cuja função é construir a identidade da instituição através da organização de sua gestão de maneira democrática e do estabelecimento de metas e objetivos. Assim, o currículo é apenas um dos itens presentes na proposta pedagógica da educação infantil, definido pelas diretrizes como:

Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (DCNEI, 2010, p. 12).

Assim entendido, o currículo adquiriu nova configuração na educação infantil, deixando de ser compreendido como uma listagem prévia de conteúdos.

Barbosa e Horn (2008) salientam que o currículo não pode ser entendido como uma lista de conteúdos inflexível e caracterizado pela repetição, desprovida de significados para a criança e desconectado com sua vida social. De acordo com esta nova perspectiva, é necessário pensar um currículo para atender às especificidades da educação infantil, o que implica em repensar as concepções de educação e criança internalizadas pelos profissionais de educação ao longo do tempo e reavaliar antigas práticas metodológicas. Faz-se necessário também rever os conceitos pessoais acerca das desigualdades sociais, das diversidades culturais, étnicas e de gênero.

Porém, esta não será uma atitude fácil, pois tais conceitos foram historicamente enraizados nos profissionais de educação durante anos de formação profissional, cultural e experiência pedagógica. Todavia, é indispensável analisá-los criticamente à luz das concepções

teóricas que buscam explicar o desenvolvimento humano, a aprendizagem e a criança considerando suas dimensões psicológicas, afetivas, cognitivas, bem como, a relevância dos aspectos sociológicos, histórico-culturais e antropológicos e suas implicações na construção do conhecimento.

De acordo com Dias e Farias (2008) a prática pedagógica dependerá da concepção de educação, de criança e da opção metodológica adotada pelo professor. Neste caso, ele poderá ser tradicional ou assumir a postura de mediador entre a criança e o mundo que a cerca, tal atitude do professor implicará diretamente na formação da criança, que poderá se tornar uma pessoa crítica ou acrítica, autônoma ou submissa, criativa ou reprodutora. Nesta perspectiva, o currículo da Educação Infantil precisa ser construído, como assegura Kramer em seu livro- “Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil”, como um instrumento de apoio para a organização pedagógica da instituição, na qual:

[...] a proposta está voltada à educação para a cidadania: suas metas básicas são a cooperação e a autonomia, as crianças são encaradas como pequenos cidadãos e cidadãs, e o trabalho escolar é entendido como o que deve garantir o acesso aos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade e formar, simultaneamente, indivíduos críticos e autônomos, capazes de agir no meio e transformá-lo (KRAMER, 1998, p. 13).

Para isso, é necessário que os professores de educação infantil tenham uma sólida formação teórica inicial e continuada para desempenhar com êxito a função docente. É imprescindível que essa formação contemple conhecimentos científicos provenientes das diversas áreas que estudam a criança, como:

Psicologia, Antropologia, História, Sociologia, Biologia, dentre outras, e as teorias da educação. Além disso, faz-se necessário que o docente tenha uma formação ampla no sentido político e cultural, esses conhecimentos segundo Kramer (2008) também contribuirá para que os professores construam sua identidade profissional e reflitam sobre suas condições de trabalho, de salário e sua qualificação e valorização profissional.

Tais conhecimentos são essenciais ao professor, diante das novas exigências para a Educação Infantil considerando que a mesma acontece numa sociedade contemporânea globalizada, na qual a criança está inserida e é constantemente afetada pelos problemas de ordem político-econômica, social, cultural e ambiental que a afligem. Nesta sociedade, a ideia de uma educação transmissora de conhecimento precisa urgentemente ser superada por uma concepção educacional que seja mediadora entre a criança e o conhecimento. Uma educação que considere a criança como sujeito histórico-sócio-cultural e esteja comprometida em articular educação e cuidado visando sua formação integral.

### **O Projeto Pedagógico como instrumento de viabilização do Currículo na Educação Infantil**

Embora a construção do currículo seja de fundamental relevância para as instituições de educação infantil, por organizar as práticas pedagógicas do professor, é o projeto pedagógico que irá viabilizar sua aplicação.

A palavra projetar significa arremessar, planejar, pensar, ação direcionada ao futuro. Neste sentido, um projeto é uma possibilidade, uma abertura para a realização de algo que se concretizará no decorrer do tempo-ação, de modo

criativo e ativo em permanente construção, flexível, Barbosa e Horn (2008). Assim, para ambas as autoras, o projeto poderá ser elaborado individualmente ou em grupo alternando momentos de autonomia pessoal e cooperação de todos.

A preparação do projeto pedagógico é uma ação democrática no sentido que envolve a participação das crianças desde a escolha do tema, a elaboração até sua excursão. Barbosa e Horn (2008) alertam para a necessidade de os professores dominarem o conhecimento acerca do tema do projeto, ao contrário do que se diz, para trabalhar com metodologia de projetos na educação infantil o professor precisa ter um amplo conhecimento do tema em estudo. Porém, este não precisa ser prévio, ele pode ser construído ao longo do projeto, através de estudos e pesquisas em parceria com as crianças.

Neste sentido, trabalhar com projeto pedagógico implica em adotar uma visão de educação interdisciplinar, na qual os conhecimentos das diferentes disciplinas são trabalhados de forma integrada, superando a concepção de conhecimento fragmentado e reduzido a disciplinas isoladas. “A pedagogia de projeto é uma possibilidade interessante em termos de organização pedagógica porque, contempla uma visão multifacetada dos conhecimentos e das informações” (BARBOSA e HORN, 2008, p. 53).

Adotar a metodologia de projeto pedagógico na educação infantil sob a visão interdisciplinar significa fundamentar-se em pressupostos teóricos que compreendem o professor como mediador do processo de ensino-aprendizagem e consideram a criança em



suas dimensões sócio histórica, sociocultural, afetiva e cognitiva.

Nesta perspectiva, a teoria Vygotskyana se apresenta como uma fonte relevante para o trabalho interdisciplinar na educação infantil. Uma vez que, conforme a referida teoria, a construção do pensamento e a aquisição dos conhecimentos historicamente construídos se dão nas relações sociais através da interação entre adulto-criança e criança-criança.

Esta aprendizagem acontece segundo Vygotsky (1994), primeiramente na relação interpessoal e posteriormente ela se torna intrapessoal. A criança aprende inicialmente por imitação de quem interage com ela, mas com o passar do tempo ela adquire independência e vai se tornando aos poucos produto e produtora de cultura.

Há dois níveis de desenvolvimento de acordo com a teoria de Vygotsky (1994), o primeiro denominado de nível de desenvolvimento real que significa o que a criança já consegue realizar sozinha e o segundo denominado de nível de desenvolvimento potencial representando a capacidade para aprender que a criança ainda não desenvolveu e precisará do auxílio de outras pessoas para desenvolvê-la. Entre ambos os níveis, está o que o autor nomeou de (ZDP) Zona de Desenvolvimento Proximal, a distância entre o que a criança já sabe e o que ela ainda não sabe, mas poderá aprender através da mediação de um adulto.

Nota-se aí, a relevância das interações histórico-sociais, para a educação infantil onde as crianças estão em processo de aquisição tanto da linguagem quanto do

pensamento para as quais é indispensável haver uma interação entre sujeitos e entre o sujeito e o meio. Por isso, a escolha metodológica feita pelo professor implicará na formação da criança, pois através dela pode-se formar para o exercício consciente da cidadania e construção da autonomia ou para a submissão e reprodução do conhecimento.

Segundo Dias e Farias (2008), é importante salientar que opção metodológica na educação infantil não significa método de ensino, uma vez que nesta etapa educacional os temas e as formas de trabalhar vão sendo construídas no dia-a-dia com as crianças partindo de suas curiosidades e necessidades específicas de acordo com a faixa-etária, não deve haver um currículo com conteúdos pré-estabelecido. Isto não significa que o professor da educação infantil não precisa planejar e pode precipitar-se no espontaneísmo.

Essa relevância se faz presente no momento de planejar a organização dos espaços e ambiente nas creches e pré-escolas para que estes sejam promotores de aprendizagens culturalmente significativas para as crianças de 0 a 5 anos. Kramer (1998) apresenta uma proposta de organização da sala dividindo-a em áreas de interesses, na qual se pode trabalhar de modo interdisciplinar com as crianças. Na área movimentada as crianças são livres para atuar e expressar de várias formas seu modo de compreender o mundo real e cultural através da brincadeira de faz-de-conta. Nela deve ter: casinha de boneca com brinquedo, blocos de construção, material de sucata em geral, água, areia, vasos de tamanhos diferenciados, música, instrumentos musicais variados, cordas e bolas.

Na área semimovimentada as crianças desenvolvem atividades de artes plásticas

que favorecem sua livre expressão e percepção do mundo exterior; brincam com diferentes jogos e confeccionam objetos. Essa área é composta por materiais de recorte e colagem, material para tecelagem, modelagem e artes plásticas (tinta, massa de modelar, argila, papelão, madeira, algodão, retalho e outros) e jogos como, quebra-cabeça, jogos de encaixe e montagem e jogos de regras. A última área é tranquila, nesta as atividades são voltadas para o campo das ciências sociais, naturais, onde as crianças manipulam livros, jornais e revista que despertam sua curiosidade acerca da natureza e da vida social.

Dias e Farias (2008) apontam para a necessidade dos professores organizarem os espaços preparando atividades físicas e de superação de obstáculos, como, pular, correr, subir, descer, saltar, escorregar e outras, que não ofereçam perigo às crianças. Além da afirmação das autoras, é importante também proporcionar às crianças o conhecimento e desenvolvimento das diversas linguagens (oral, escrita, corporal/movimento, plásticas/visual, musical e outras) criando atividades que estimulem a curiosidade infantil e desafie a capacidade de raciocínio das crianças levando-as a construir com a ajuda do professor o seu próprio conhecimento.

Nesta perspectiva, Dias e Farias (2008) salientam que para haver sucesso no planejamento, a observação, o registro e a avaliação são ferramentas indispensáveis na prática pedagógica do professor e devem estar especificadas na Proposta Pedagógica da Educação Infantil. O registro é um instrumento valioso tanto para analisar a evolução das crianças, quanto para auxiliar o professor na reflexão sobre sua prática pedagógica. Assim, tanto o registro quanto a observação são fontes que fornecem ao professor um material riquíssimo que o

orienta na seleção e organização dos conteúdos a serem trabalhados com as crianças. Quanto á avaliação, não tem finalidade classificatória.

Assim, ambos contribuem para que o professor conheça os interesses das crianças e (re) direcione o seu planejamento de acordo com suas necessidades. Deste modo, o professor poderá explorar a curiosidade natural das crianças criando situações que as favoreçam de maneira prazerosa na construção do conhecimento do mundo físico, natural e social no qual estão inseridas.

### Considerações finais

No decorrer desse estudo foi possível perceber a relevância do papel desempenhado pelo currículo e o projeto pedagógico articulado interdisciplinarmente na Educação Infantil. Estes atuam como facilitadores da participação das crianças em sua formação tirando-as do anonimato de simples ouvintes passivas, para coparticipantes do processo ensino-aprendizagem ao lado dos professores.

Todavia, para que o trabalho educativo nas creches e pré-escolas transcorra de modo interdisciplinar e democrático, faz-se necessário que os professores tenham uma formação acadêmica de qualidade que os instrumentalize para planejar e (re) planejar suas aulas fundamentadas em teorias que compreendem a criança enquanto sujeito histórico social, como ela se desenvolve e constrói seu conhecimento.

Assim sendo, construir o currículo e o projeto pedagógico na educação infantil sob uma visão interdisciplinar se configura numa experiência significativa, tanto para os professores que terão a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos sobre o tema, quanto para

as crianças que terão voz ativa nesse processo podendo participar da escolha do tema e de passo a passo de sua excursão de forma prazerosa, criativa, e, sobretudo, construindo seu conhecimento através da interação com o meio e as relações sociais, sempre mediatizados pelo professor.

### Referências:

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. 3.ed. Porto Alegre; Artmed, 2006.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira e HORN, Maria das Graças. **Projetos pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. CEB/CNE. Brasília, 2010.

CONSTITUIÇÃO Da República Federativa do Brasil de 1988 [www.planalto.gov.br/.../constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/.../constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 29 out. 2012.

DIAS, Fátima Regina Teixeira de Salles & FARIA, Vitória Líbia Barreto de. **Currículo na Educação Infantil: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica**. São Paulo: Scipione, 2008.

KRAMER, Sônia (Coord.). **Com a Pré-Escola nas Mãos: Uma alternativa curricular para a educação infantil**. Ática, 1998.

\_\_\_\_\_, Sônia. Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie. In: BAZÍLIO, Luiz Cavalieri e KRAMER, Sônia. **Infância, Educação e Direitos Humanos**. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_, Sônia. **A Política do Pré-Escolar no Brasil: a arte do disfarce**. São Paulo: Cortez, 2011.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

Recebido em 2012-10-20  
Publicado em 2013-03-11